

Continuação



COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS

RUA SETE DE SETEMBRO 1069 5º ANDAR
PORTO ALEGRE - RS
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.300.033.104



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

c) Impostos e Contribuições Sociais a Recolher

Passivo Circulante	31/12/2015	31/12/2014
ICMS	48.343,95	31.878,62
COFINS	1.246.690,00	176.380,88
PIS	268.732,29	38.293,21
IRPJ e CSLL	150.432,18	0,00
Outras Obrigações	1.513.841,93	582.927,35
TOTAL	3.228.040,35	829.480,06

d) Impostos e Contribuições Diferidos Ativos (Não Circulante)

IRPJ e CSLL Diferido sobre:	31/12/2015	31/12/2014
Provisão Devedores Duvidosos	4.858.417,86	4.575.254,58
Provisões Cíveis e Trabalhistas	1.475.034,42	157.852,49
Base de Cálculo	6.333.452,28	4.733.107,07
Impostos Diferidos (34% IRPJ e CSLL)	2.153.373,76	1.609.256,41

15) Provisões para Contingências

A provisão para contingências foi constituída com base no relatório da Gerência Executiva Jurídica da empresa, datado de 31/12/2015, onde classifica os processos judiciais conforme o risco de perda (remota perda, possível perda ou provável perda). O termo provável em relação a possível indica que há maior probabilidade de o fato ocorrer. Geralmente, em um processo, cujo prognóstico é provável perda, há elementos, dados ou outros indicativos que possibilitam tal classificação, como por exemplo: a tendência jurisprudencial dos tribunais ou a tese já apreciada em tribunais superiores para questões que envolvam matéria de direito, e a produção ou a facilidade de se dispor de provas (documental, testemunhal - principalmente em questões trabalhistas - ou periciais) para questões que envolvam matéria de fato. Os processos considerados como provável perda são provisionados no passivo. Por sua vez, se o prognóstico for possível perda, esta pode acontecer; todavia, esse prognóstico não foi, necessariamente, fundamentado em elementos ou dados que permitam tal informação. Ou, ainda, em um prognóstico possível, os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será perda ou ganho no processo. Os processos classificados como de possível perda não são provisionados, mas tem seus totais mencionados nesta nota explicativa. Por fim, a perda classificada como remota, como o próprio nome diz, remotamente trará perdas ou prejuízos para a entidade, ou são insignificantes as chances de que existam perdas. Os processos avaliados como de remota perda não são provisionados e nem destacados em nota explicativa.

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Processos com Possível Perda (Não Provisionados)	6.860.663,78	2.313.149,82	9.173.813,60
Processos com Provável Perda (Provisionados)	411.692,43	1.063.341,99	1.475.034,42
TOTAL	7.272.356,21	3.376.491,81	10.648.848,02

Dentre as causas classificadas como possíveis (não provisionadas) está o processo cível de valor relevante movido pela empresa Qualysolda RS Engenharia Ltda. contra a Companhia. O valor da causa atualmente está em R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais). A provisão é revisada e formada com base na evolução dos processos que são classificados como provável perda:

	Saldo Final 31/12/2014	Reversões 31/12/2015	Adições 31/12/2015	Saldo Final 31/12/2015
Provisões Trabalhistas	542.837,73	-158.966,67	679.470,93	1.063.341,99
Provisões Cíveis	157.852,49	-5.016,05	258.855,99	411.692,43
TOTAL	700.690,22	-163.982,72	938.326,92	1.475.034,42

16) Transações com partes relacionadas

a) A Companhia mantém operações comerciais de compra e venda de gás natural com o Grupo Petróbras S/A.:

Composição dos Saldos	31/12/2015	31/12/2014
Ativo Circulante		
Contas a Receber BR Distribuidora	1.063.441,11	1.042.291,71
Contas a Receber Petróbras	7.960.355,49	14.554.689,39
Passivo Circulante		
Fornecedor de Gás - Petróbras	78.858.610,20	89.766.461,92
Composição dos Saldos	31/12/2015	31/12/2014
Receitas com partes relacionadas		
BR Distribuidora S/A	24.500.578,44	27.029.800,05
Petróbras S/A	356.711.555,82	252.387.817,57
Compra de Gás Natural		
Petróbras Global Trading	240.261.709,43	145.289.123,81
Petróleo Brasileiro S/A	597.918.055,45	512.005.645,30

b) Remuneração - Diretores e Conselhos de Administração e Fiscal:

	2015	2014
Administradores	415.139,43	397.161,06
Conselho de Administração	118.742,39	142.636,65
Conselho Fiscal	74.202,79	47.481,88
Total	608.084,61	587.279,59

17) Despesas por Natureza

Conforme estabelece o CPC 26, segue a abertura das despesas por natureza:

	2015	2014
Compra de Gás e demais insumos	-970.857.216,00	-705.430.637,15
Custos de Operação e Manutenção da Rede	-10.664.633,62	-8.901.697,69
Amortização Operacional	-16.229.587,55	-13.960.937,04
Amortização Administrativa	-1.085.935,65	-1.031.400,50
Despesas com Materiais e Serviços	-22.544.632,10	-22.338.826,44
Despesas com Pessoal	-33.871.252,69	-29.243.158,23
Despesas Tributárias	-24.808.901,91	-7.248.649,01
Outras Receitas e Despesas Operacionais	534.788,21	597.393,46
Total	-1.079.527.371,31	-787.557.912,60

Classificadas como:

	2015	2014
Custo dos Produtos Vendidos	-997.751.437,17	-728.293.271,88
Despesas comerciais, administrativas e gerais	-78.852.019,30	-57.080.794,98
Participação nos Lucros ou Resultados	-2.923.914,84	-2.183.845,74
Total	-1.079.527.371,31	-787.557.912,60

18) Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro da Companhia apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Receitas Financeiras		
Aplicações Financeiras	3.293.236,36	2.627.868,18
Descontos Obtidos	267.285,92	231.065,51
Juros Recebidos	1.026.441,39	784.125,28
Multa Contratual	781.071,26	290.213,03
Variação Cambial	2.365.022,66	0,00
Variação Monetária Ativa	431.685,33	177.152,90
Total	8.164.742,92	4.110.424,90
Despesas Financeiras		
Descontos Concedidos	-28.954,40	-25.075,26
Despesas Bancárias	-1.406.312,78	-212.649,63
Despesas com Empréstimos	-424.405,99	-5.479,25
Despesas de Cobrança	-225,58	-238,04
Juros Pagos	-824.078,74	-16.245,04
Juros sobre Empréstimos	-1.674.418,08	-268.355,64
Multa por Atraso de Pagamento	-72.883,03	-27.864,98
Variação Monetária Passiva	-71.098,44	-5.119,07
Variação Cambial Passiva	-6.746.243,09	-1.758.429,98
Total	-11.248.620,13	-2.319.456,89

Do valor lançado como Despesa Bancária, R\$ 1.386 mil se refere à operação da UTE Uruguiana, bem como todo o valor lançado como Variação Cambial. Tais valores foram reembolsados à Companhia durante o exercício.

19) Seguros

A companhia possui a cobertura pelos principais seguros:

SEGURADORA	TIPO DE SEGURO	VIGÊNCIA	VALOR
Maife Vera Cruz	Patrimonial	até abril/2016	R\$ 12.500,00
Liberty	Veículos	até maio/2016	R\$ 15.906,09
Ace Seguradora	Responsabilidade Civil	até agosto/2016	R\$ 47.325,28

Há também seguros prediais que estão vinculados aos contratos de locação dos imóveis, bem como seguros automotivo decorrentes do IPVA.

20) Créditos nas operações de venda e aquisição de gás

O *Take or Pay* é cláusula contratual que estabelece a regra de que o agente (Sulgás na condição de cliente) está obrigado a consumir determinado volume de gás junto ao fornecedor Petróbras, sendo que, se consumir volume inferior ao contratado, deverá pagar penalidade que poderá ser recuperada em até 07 (sete) anos, sendo que foi registrado o valor R\$ 182.422,05 referente operação ocorrida no exercício de 2011.

21) Gerenciamento de risco de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposições para os seguintes riscos de instrumentos financeiros:

• **Risco de crédito:** Risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores. Este risco está relacionado com fatores internos e externos à Sulgás. O risco com clientes é mitigado mediante a manutenção de uma base de clientes sólida. O gerenciamento das contas a receber é realizado através da identificação dos recebimentos, detectando possibilidades de inadimplência e suspendendo o fornecimento de gás caso ela ocorra, e implementando políticas específicas de cobrança atreladas a garantias reais, sempre que possível.

• **Risco de mercado:** Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados de flutuações no preço de gás decorrente da variação no valor da "cesta de oleos" e das taxas de câmbio, aumentando os saldos das contas a pagar relativas ao gás adquirido.

Os riscos cambiais relacionam-se com a possibilidade de a Companhia computar queda significativa nas suas margens decorrente de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando o valor em reais (R\$) do custo sobre o gás adquirido da Petróbras. Este risco é mitigado pelo monitoramento e repasse da variação de preços aos clientes, quando possível.

• **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é inerente a descasamentos entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamentos da Companhia. A Sulgás administra o risco de liquidez através de premissas de recebimentos e desembolsos monitoradas diariamente pela área financeira, mantendo seus ativos financeiros em depósitos de curto prazo com liquidez imediata em instituições de primeira linha, além da manutenção de linhas de crédito adequadas aos seus compromissos.

22) Receitas e Custos de Construção

Conforme preceitua o CPC 17, bem como a ICPC 01 e a OCPC 05 a Sulgás reconhece as seguintes Receitas e Custos de Construção:

	31/12/2015	31/12/2014
RECEITA DE CONSTRUÇÃO	32.473.424,71	26.398.252,49
CUSTOS DE CONSTRUÇÃO	32.473.424,71	26.398.252,49
MARGEM	0	0

23) Nota referente Lei 12.973/2014:

A Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, convertida na Lei 12.973, de 13 de maio de 2014 e regulamentada pelas Instruções Normativas RFB nº 1.515/2014, 1.492/2014 e nº 1.397/2013, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.492, de 17 de setembro de 2014, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais, entre elas: (i) integração da legislação tributária às normas societárias, (ii) revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, e (iii) não incidência de IRPJ sobre dividendos distribuídos durante os anos calendário de 2008 a 2013. Os dispositivos da Lei entraram em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada a partir do ano-calendário de 2014. A sua adoção antecipada para 2014 eliminava potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados ao pagamento de dividendos, correspondentes ao ano calendário de 2014.

A Administração, baseada em análises sobre os efeitos decorrentes da aplicação da referida lei, entendeu que não haveria elevação de carga tributária em relação a legislação vigente e risco de tributação adicional sobre os dividendos distribuídos no ano-calendário de 2014 e, com isso, optou pela aplicação do referido dispositivo legal no exercício de 2015.

24) Eventos Subsequentes

A Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - Sulgás, avaliou os eventos subsequentes até 27 de janeiro de 2016, que é a data da aprovação das demonstrações contábeis pela Diretoria da empresa, não evidenciando fato subsequente que afete as Demonstrações Contábeis de 31/12/2015.

Claudemir Bragagnolo, Luiz Irineu Schenkel, Luís Felipe Espírito Basso Poli, Alex Dornelles da Silva
Diretor-Presidente, Diretor de Administração e Finanças, Diretor Técnico-Comercial, Contador CRCRS n.º 64077

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS
Porto Alegre/RS

Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da **Companhia** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela (administração) determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da **Companhia** para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da **Companhia**. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS**, em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir Parecer sobre as Demonstrações Contábeis referida no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. A Demonstração do Valor Adicionado, apresentada para propiciar mais informações sobre a **SULGÁS**, não é requerida como parte integrante das Demonstrações Contábeis, contudo foi submetida aos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os seus aspectos relevantes em relação às Demonstrações Contábeis, tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram também por nós auditados. Emitimos relatório sem modificação em 17 de março de 2015.

Porto Alegre, 19 de fevereiro de 2016

EXACTO AUDITORIA S/S
CRC/RS 1544

DANIEL EDUARDO RODRIGUES
CONTADOR CRC/RS 30361

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório Anual da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e a Demonstração das Mutações Patrimoniais, com as respectivas Notas Explicativas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Foram verificadas e avaliadas as proposições de destinação de resultados para pagamento de dividendos após a constituição de Reserva Legal, que estão sendo encaminhadas pela Administração da SULGÁS para conhecimento do Conselho de Administração e à deliberação de Assembleia Geral.

Tomando como base o parecer sem ressalvas dos Auditores Independentes, datado de 19 de fevereiro de 2016, e as informações e esclarecimentos recebidos da Administração da Companhia ao longo do exercício, inclusive o conforto técnico sobre a destinação do resultado do período na forma de Dividendos sem prejuízo à estrutura financeira da SULGÁS, condicionado à existência de caixa para tal fim e anuência do BNDES, esse conselho é de opinião favorável quanto à aprovação dos mencionados documentos pela Assembleia Geral.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, da qual se lavrou esta ata que, depois de lida e achada conforme, vai por todos assinada.

Porto Alegre, 23 de março de 2016.

Paula Danyelle Almeida da Silva
Presidente do Conselho

Vera Inêz Salgueiro Lermen
Membro do Conselho

Paulo Sérgio Nunes
Membro do Conselho

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CLAudemir BRAGAGNOLO - Presidente do Conselho
Conselheiros: WALTER FERNANDO PIAZZA JÚNIOR
EDMAR DE ARRUDA MILANI JUNIOR
LUIZ CELSO OLIVEIRA ANDRADE
DIEGO MACHADO PACHECO

Diretoria: CLAUDEMIR BRAGAGNOLO
Diretor-Presidente
LUIZ IRINEU SCHENKEL
Diretor de Administração e Finanças
LUIZ FELIPE ESPIRITO BASSO POLI
Diretor Técnico-Comercial